



Veto Total nº 244/14 AO EXPEDIENTE

Em: 30 JUN 2014

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

05 AGO 2014

Protocolo: 012/14

Processo: 012/14

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM N. 142, DE 30 DE JUNHO

DE 2014.

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta

05 AGO 2014

1º Secretário

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Revoga dispositivo da Lei nº 3.177, de 11 de setembro de 2013, que ‘Autoriza o Poder Executivo a realizar a compensação de créditos tributários do Estado de Rondônia’” (sic), encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 098/2014-ALE, de 4 de junho de 2014.

Trata-se de iniciativa parlamentar com o intuito de revogar a alínea “e” do inciso IV e o inciso VI, ambos do artigo 2º, da Lei n. 3.177, de 11 de setembro de 2013, com a intenção única de retirar do contribuinte a obrigação de recolher as despesas processuais e de honorários advocatícios devidos à Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Não obstante aos objetivos do Projeto de Lei, é dever de todos os envolvidos no processo legislativo adequarem-se aos ditames relacionados aos critérios de iniciativa, aos princípios constitucionais, às normas atinentes à matéria tributária e orçamentária, bem como ao interesse público, este consistente no objetivo maior de qualquer ato.

A Lei n. 3.177, de 11 de setembro de 2013, em seu nascedouro, surgiu por iniciativa do Poder Executivo do Estado, o qual por intermédio da Mensagem n. 198, de 24 de julho de 2013, submeteu à apreciação e à deliberação da Assembleia Legislativa, superando, desse modo, todo o competente e necessário processo legislativo.

Nesse viés, as implicações decorrentes de eventual sanção do Autógrafo de Lei devem, ademais, ser ponderadas, para proteger a legalidade do processo legislativo, a utilidade no ordenamento jurídico e o interesse público.

É indispensável apontar que a eventual entrada em vigor da Minuta analisada pode incorrer em discussões indesejáveis, acerca da eventual validade da lei revogadora. Isso porque mesmo se tratando de projeto que visa apenas à revogação de dispositivos, permanece revestindo-se de caráter aflitivo das regras de competências, pois também se refere à matéria tributária e orçamentária, disciplinas essas que, sabidamente, são de iniciativa do Poder Executivo.

Nesse sentido, conforme a natureza da matéria tratada, denota-se que a iniciativa para a propositura do Projeto de Lei em comento pertence ao Poder Executivo, e não da Colenda Casa Legislativa, haja vista que as suas disposições dedicam-se à matéria tributária e orçamentária, contrariando, pois, o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal, regra de orientação obrigatória, em conformidade com a adoção pelo ordenamento jurídico brasileiro do princípio da simetria jurídica.

O Constituinte atribuiu ao Executivo a iniciativa de leis dessa espécie tendo em vista ser este o único apto a julgar corretamente a conveniência e a oportunidade de alterações na arrecadação de receita, em vista de ser o detentor do conhecimento acerca do cotidiano e das necessidades da Administração Pública, reunindo condições objetivas para aquilatar os efeitos que produzirão nas finanças públicas





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

loais, razão pela qual não se pode proceder às alterações dessa natureza sem a sua expressa anuência. Caracterizada, assim, a inconstitucionalidade formal do Projeto em epígrafe.

O Supremo Tribunal Federal tem advertido que as diretrizes inscritas na Constituição da República que regem, em seus aspectos essenciais, o processo de formação das leis impõem-se à compulsória observância dos Estados-Membros da Federação, inclusive no que se refere à cláusula de iniciativa, consideradas as hipóteses taxativas consubstanciadas no artigo 61, da Constituição Federal (RTJ 174/75, RTJ 178/621, RTJ 185/408-409, ADI 1.060-MC/RS, ADI 1.729-MC/RN).

Destaca-se, que nos moldes compreendidos pelo Supremo Tribunal Federal, a usurpação do poder de instauração do processo legislativo em matéria constitucionalmente reservada à iniciativa de outros órgãos e agentes estatais configura transgressão ao texto da Constituição da República e gera a inconstitucionalidade formal da lei assim editada.

Denota-se, também, o confronto com disposições constitucionais, senão vejamos:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - **A lei de diretrizes orçamentárias** compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, **disporá sobre as alterações na legislação tributária** e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (grifou-se)

Tal previsão tem o condão de tentar evitar que o Poder Executivo seja surpreendido durante a execução do orçamento, para que toda e qualquer alteração substancial em suas finanças possa ser analisada conforme os melhores critérios da razoabilidade, discricionariedade e oportunidade.

Ademais, tratando-se de despesas processuais e honorários advocatícios, sabe-se que a Constituição Federal estabelece que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária.

Nesse sentido, ao passo que o Projeto de Lei objetiva espécie de renúncia a despesas que não diz respeito à competência do Estado, é de se destacar a sua inconstitucionalidade por invasão da competência federal.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Igualmente, ainda sobre a competência legislativa, é privativa da União as matérias atinentes ao direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

Ora, despesas processuais e honorários advocatícios constituem temas intrinsecamente processuais, regulamentados pelo Código de Processo Civil e, ainda, pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, diga-se Lei Federal n. 8.906/94.

Ante o exposto, conclui-se pela inconstitucionalidade total do Autógrafo de Lei, em virtude do vício de iniciativa tanto pela invasão de competência do Poder Executivo Estadual quanto da União; pelo vício material consistente na violação do Princípio da Separação dos Poderes; e ainda, pelo interesse público. Outra medida não cabe senão vetar totalmente o Projeto de Lei em tela.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação deste veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

Assinatura manuscrita em azul do Governador Confúcio Aires Moura.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador